

“A Palestina é uma questão de justiça climática”: um panorama sobre a prática de greenwashing israelense e as formas de resistência palestina à ocupação<sup>1</sup>

“Palestine is a climate justice issue”: an overview of the practice of Israeli greenwashing and ways of Palestinian resistance to the occupation

“Palestina es una cuestión de justicia climática”: una descripción general de la práctica del israelí greenwashing y las formas de resistencia palestina a la ocupación

**Carolina Ferreira de Figueiredo<sup>2</sup>**



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

Artigo

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir a luta palestina contemporânea relacionada aos debates recentes sobre a crise climática. A partir de uma discussão bibliográfica e análise da produção historiográfica sobre o tema, buscamos traçar um panorama do processo histórico palestino desde a criação do Estado de Israel, em 1948, com atenção específica às políticas israelenses em torno da ocupação do território e das práticas de *greenwashing*, que buscam escamotear ações violentas e ilegais a partir do discurso ecológico. Parte-se da hipótese de que há um imbricamento entre o processo colonial israelense e a alteração da paisagem, entendida aqui de maneira ampla, a “natural” e social. Buscamos compreender a relação entre as práticas de ocupação e a expulsão de palestinos/as do seu território como processos sociais, econômicos e ambientais. São abordadas políticas israelenses como os projetos de florestamento, a exploração de recursos naturais e a expansão de ocupação territorial. Ainda, se discute a aproximação da luta palestina com a crise climática sob o aspecto da justiça climática, a partir da análise de materiais do movimento BDS – *The Boycott, Divestment, Sanctions*, bem como a partir da reflexão dos sentidos históricos e culturais construídos e imaginados por palestinos/as em relação ao seu território. **Palavras-chave:** Palestina; greenwashing israelense; colonialismo; justiça climática; movimento BDS.

**Abstract:** This article aims to discuss the contemporary Palestinian struggle related to recent debates on the climate crisis. Based on a bibliographical discussion and analysis of the historiographical production on the subject, we seek to draw an overview of the Palestinian historical process since the creation of the State of Israel, in 1948, with specific attention to Israeli policies around the occupation of the territory and practices of greenwashing, which seek to hide violent and illegal actions based on ecological discourse. It starts from the hypothesis that there is an overlap between the Israeli colonial



Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

process and the alteration of the landscape, understood here in a broad way, the “natural” and social. We seek to understand the relationship between occupation practices and the expulsion of Palestinians from their territory as social, economic and environmental processes. Israeli policies such as forestry projects, the exploitation of natural resources and the expansion of territorial occupation are addressed. Furthermore, the approximation of the Palestinian struggle with the climate crisis from the perspective of climate justice is discussed, based on the analysis of materials from the BDS movement - The Boycott, Divestment, Sanctions, as well as from the reflection of the historical and cultural meanings constructed and imagined by Palestinians in relation to their territory. **Keywords:** Palestine; Israeli greenwashing; colonialism; climate justice; BDS movement.



## Introdução: a questão palestina e alteração de paisagens

Tratar de questões climáticas têm sido cada vez mais recorrente, ainda que seus estudos não sejam especificamente novos. Contudo, dada a realidade alarmante mundial, tem-se percebido, cada vez mais, espaços de veiculação sobre as preocupações da relação do ser humano com o meio ambiente; sobretudo, em uma urgência de ruptura com o pensamento dicotômico da modernização – o progresso, a civilização, representando a vida humana e por outro, a estagnação, dito para a natureza, para uma dimensão mais integradora dos espaços vividos por todas as sociedades. É deste cenário atual que partimos para refletir sobre a “questão palestina”. Diversas problemáticas se colocam ao falarmos da causa palestina, com dimensões que versam sobre um processo histórico da contemporaneidade e seus múltiplos efeitos, na política, economia, sociedade, cultura e no meio ambiente. Nesse âmbito, o presente artigo busca propor reflexões acerca da história da Palestina dos séculos XX e XXI, considerando-se a singularidade de seu processo histórico, que abordaremos ao longo do texto, em diálogo com algumas questões propostas pela área da história ambiental, a relação do ser humano com a natureza, atravessada aqui, sobretudo, pelo colonialismo. Buscamos entender como o processo violento de instalação de uma população sobre um território já habitado, chamado de *settler colonialism*, ou “colonialismo de assentamento”, está intimamente relacionado à transformação da população palestina e de sua paisagem natural e social. Para isso, nos aprofundaremos nos projetos de constituição do Estado de Israel ainda na primeira metade do século XX e suas políticas ao longo do século e nos primeiros anos do século XXI.

É possível identificar uma historiografia preocupada com o tema do colonialismo em diálogo com a história ambiental, analisando diferentes processos mundiais. O livro de Alfred Crosby, *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900* (2012), publicado em 1986, explora o processo de expansão das populações europeias, e com elas as transformações da flora, fauna e das populações locais em diversas partes do mundo. Mais recentemente o trabalho de Mike Davis, *Holocaustos Coloniais: a criação do terceiro mundo*, de 2002, também trata de locais diversos, como a Índia, China e Brasil para problematizar as políticas coloniais na virada do século XIX e XX. O autor desenvolve o que chama de uma “ecologia política da fome”, demonstrando a conduta governamental de países como a Inglaterra para lidar com o fracasso das safras e de período de secas. Ao analisar a Índia, por exemplo, Davis afirma

Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

que a fome não era uma questão de escassez de alimentos, mas de poder decisório colonial em momentos de “crise”, tornando o país “[...] um laboratório utilitarista em que milhões de vidas foram apostadas na fé dogmática no mercado onipotente para superar a ‘inconveniência da escassez’” (Davis, 2022, p. 31). Ainda sobre o contexto indiano, o pesquisador V. M. Ravi Kumar (2010) investiga o colonialismo britânico e seus efeitos no território do sul da Índia, por um lado, a partir das políticas de desmatamento de florestas para obtenção de madeira e construção de ferrovias – sob a dimensão da modernização, e por outro, de discursos dessecacionistas<sup>3</sup>, que embora versassem sobre aspectos do meio ambiente, foram utilizados como uma forma de dominação dos territórios indianos.

No caso palestino, percebe-se pontos de aproximação com esse modelo de colonialismo do fim do século XIX, mas que se encaminha para questões específicas de dominação do território. Tem-se, portanto, um processo mais recente de ocupação do território, e uma singularidade do processo histórico na Palestina com a convivência, em meados do século XX, da intervenção da Inglaterra no território – especialmente sob a forma de Mandato, a partir de 1922, e a proposição do movimento sionista de criação de um lar nacional judaico, a ser instalado na Palestina, também com apoio da Inglaterra, a despeito de sua população local. Nesse sentido, o Sionismo, fundado na Europa no final do século XIX pode ser entendido como tendo uma política própria do pensamento colonial de sua época (Tolosa, 2018). Uma dinâmica que atendia aos binômios da civilização e da barbárie, do pensamento da superioridade europeia em termos de sua “modernização” e ao fardo do sujeito branco ao se deslocar para os espaços coloniais. Portanto, da lógica colonial sionista e sua prática, tem-se o processo de criação do Estado de Israel em 1948, com o padrão de colonização a partir da expulsão da população local e instalação dos colonos, um processo permanente e atual de exclusão e eliminação de palestinos/as do território a partir de mecanismos do Estado, como veremos mais detalhadamente.

Este processo histórico que levou a alteração do território e da população palestina pode ser dimensionado a partir do termo *Nakba*, uma palavra em árabe que designa a “catástrofe”, que diz respeito a criação do Estado de Israel, em 1948, bem como ao processo em andamento de expulsão de palestinos/as, ocupação de seus territórios e das políticas de *apartheid* de Israel<sup>4</sup>. Nesse sentido, a *Nakba* é referida para um acontecimento e para um processo: a *Nakba* é a data que marca a perda do território palestino, mas também o sentido mais amplo da expulsão da população, com as políticas de limpeza étnica, como



fundamenta Ilan Pappé (2006), de migração forçada, como analisa Julie Peteet (2005) ao estudar os campos de refugiados no Líbano e até mesmo de um genocídio contínuo, na compreensão de Nahla Abdo (2018, p. 58).

Como mencionado, a região da Palestina sofreu, assim como muitas outras localidades, os efeitos do colonialismo europeu do século XIX, efetivados por ações de controle territorial militar, político e sob a elaboração de uma superioridade da “modernidade” europeia. No território palestino especificamente, o “[...] revivalismo religioso, combinado com nacionalismo messiânico fervoroso, movimentos de ‘retorno à Bíblia’ e ‘redescoberta’ da Palestina, varreu a Europa e Rússia” (Masalha, 2018a, p. 243, tradução nossa)<sup>5</sup>, e foram fundamentais para a criação de mitos e símbolos sobre a Terra Santa. Ao inventar o “primitivo”, os viajantes europeus traçaram moldes civilizatórios, contribuindo para o controle social a partir das normatizações raciais e sexuais (McClintock, 2010, p. 272); bem como para uma dominação do saber, isto é, o poder para controlar a representação e as designações sociais, situando aquilo que Edward Said (2007) desenvolveu sobre o Orientalismo, suas bases acadêmicas e literárias sobre a imaginação do Oriente a partir do Ocidente.

Neste mesmo ambiente se fundamenta o Sionismo, e seu projeto de “transferência” populacional, um eufemismo para o processo de expulsão dos nativos do território (Masalha, 1992), uma estratégia que se relaciona à dimensão do *settler colonialism*, o colonialismo de assentamento. Evelyn Glenn (2015) enfatiza a necessidade de diferenciar os aspectos formativos do colonialismo de maneira mais ampla, dos processos de *settler colonialism*. Para a autora, no colonialismo “clássico”, o objetivo de dominação de um território era sua exploração – sobretudo de matérias-primas, levadas à metrópole – e de sua população, garantindo a geração de riqueza. No *settler colonialism*, o objetivo central é obter terras e controlar seus recursos:

[...] Para realizar essas ambições, a primeira coisa que deve ser feita é eliminar os ocupantes indígenas da terra. Isso pode ser feito de várias maneiras: genocídio, remoção forçada de territórios desejados por colonos brancos e confinamento em reservas fora dos limites do assentamento branco. Também pode ser realizado através da assimilação. A assimilação pode ser biológica (por exemplo, por meio de casamentos mistos para ‘diluir’ o sangue indígena) e/ou cultural (por exemplo, despojando os indígenas de sua cultura e substituindo-a pela cultura dos colonos) (Glenn,



2015, p. 57, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Ainda que seja necessário ponderar sobre as diferenças de formação histórica e ideológica de diversos territórios que foram/são cenários do *settler colonialism*, como Estados Unidos e Austrália<sup>7</sup>, é possível compreendê-lo como uma organização que molda os sentidos de raça, gênero e classe, e para Evelyn Glenn e Patrick Wolfe (1999), uma estrutura permanente que se modifica, não sendo apenas um evento. De fato, Patrick Wolfe (2006), afirma em outro estudo que o *settler colonialism* e as práticas de violência (como genocídios) foram utilizadas historicamente como organizadoras da gramática da raça. Mas neste ponto, os termos de raça também não são fixos, mas significados em torno da prática de colonialismo e domínio territorial. Há também aspectos alegóricos na lógica de eliminação, presente neste tipo de colonialismo, já que o apagamento do elemento nativo está em tensão com a afirmação do nacionalismo do grupo que está se assentando no território: por um lado a “[...] sociedade colonizadora exig[e] a eliminação prática dos nativos para se estabelecer em seu território. No nível simbólico, porém, a sociedade colonizadora busc[a] posteriormente recuperar a indigeneidade [...]” (Wolfe, 2006, p. 389, tradução nossa)<sup>8</sup>, tanto para afirmar sua presença no território como para se diferenciar de seus locais de origem.

Questões que podem ser representadas, no caso da formação de Israel e mais recentemente, por exemplo, em discursos popularizados em torno da ideia de que o novo país “faria o deserto florir” (“*to make the desert bloom*”), ou mesmo a noção de que a criação do Estado se daria em “uma terra sem pessoas para um povo sem terra” (“*a land without a people for a people without a land*”). Não sem coincidência, população e paisagem se misturam para determinar o projeto de colonização: uma combinação entre a transformação populacional e territorial a partir de uma negação da população local que ali habitava, conjuntamente com uma ideia de um território vazio, árido, sem vida e riqueza. Ou em outras palavras, ao sentido dado a modificação da natureza com a chegada da “civilização”. É o que Said (2012, p. 9), em outro livro, *A questão palestina*, afirma sobre a Palestina ser uma luta, também, de uma afirmação e uma negação, ou de uma presença e de uma imaginação. A partir da consolidação da narrativa sionista, ao extremo dessa equação, tem-se o discurso contemporâneo de que Israel é a única democracia do Oriente Médio – em um apagamento completo da população local, mas também de uma inferiorização de países (árabes) da região, mais uma relação racial, espacial e política; ou aquilo que Said (2011, p.

Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação



163), ao falar do imperialismo, conceitua como “geografia moral”, acentuando a importância da espacialização para a dominação e a imaginação dos territórios.

Este breve cenário histórico tem relevância para as discussões que se seguirão no artigo, em primeiro lugar, por tratar-se de um processo não finalizado, e com o aprofundamento das políticas de expulsão da população, ocupação e controle militar nos territórios palestinos da Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza, além das políticas internas de palestinos que vivem em Israel. Relacionado a isso, partimos do entendimento de que para compreender as políticas de *greenwashing* de Israel, ou seja, condutas com fachada ecológica empregadas oficialmente pelo Estado e/ou por empresas instaladas no país, é necessário uma análise da própria situação de ocupação territorial, ambientada aqui. Como desenvolve Kyle White (2018, p. 140, tradução nossa),

[...] no nível superficial, a violência ambiental se manifesta como a imposição da destruição ambiental e poluição. Em outro nível, é possível olhar para a violência ambiental como um enfraquecimento das qualidades dos relacionamentos que são constitutivos da resiliência social ou continuidade coletiva de qualquer sociedade<sup>9</sup>.

Isto é, o contínuo processo de violência e ocupação tem efeitos sobre a possibilidade de existência dos palestinos/as, bem como de suas formas de vivência cultural, econômica e social. A violência ambiental, portanto, é mais um elemento constitutivo dessa rede complexa da atuação colonial, em que o impedimento ao acesso à natureza, a uma relação específica com a paisagem – efetiva e prática da mesma, afeta a vida da população nativa. É a dimensão utilizada por Lila Sharif (2014), ao estudar o cultivo de oliveiras na Palestina, argumentando que o colonialismo de assentamento se utiliza de mecanismos materiais e culturais para a destruição das plantações e das populações locais, um processo cunhado pela autora de desaparecimento (*vanishment*).

Na mesma direção, o historiador Nur Masalha (2018b) afirma que a Palestina passa por um processo de “memoricídio” (*memoricide*), uma política de apagamento de todos os aspectos da vida palestina. Um elemento central de discussão aparente nesta historiografia contemporânea, assim como latente em trabalhos de artistas palestinos, é a invisibilidade da população indígena do território, e especificamente, o processo de apagamento cultural promovido pelo Estado de Israel, que desvirtua não somente a “origem” de práticas





culturais como também os próprios espaços e seus usos sociais. Nur Masalha (2018b) enfatiza que no processo de instituição do Estado israelense, objetos, edifícios públicos e propriedades privadas foram apreendidas, tornando-se forçadamente parte do novo país. Assim: “em 1948, o estado de Israel apropriou-se de bens materiais palestinos imóveis [...] incluindo [...] papéis, documentos históricos e manuscritos, móveis, igrejas, mesquitas, santuários, prédios públicos históricos, sítios arqueológicos e artefatos [...]” (Masalha, 2018b, p. 7, tradução nossa)<sup>10</sup>, gerando, por um lado, a incorporação destes para o novo projeto cultural israelense, e por outro, dando inacessibilidade aos palestinos/as aos seus próprios registros.

Conjuntamente a esse processo, o apagamento da população palestina ocorre a partir de um domínio topográfico. O controle sobre o nome de ruas e localizações, com a mudança de nomes árabes para hebraicos, também é analisado como um projeto colonial e uma política de des-arabização do território palestino. Seguindo com o Masalha (2012, p. 91, tradução nossa), na Palestina, “[...] o projeto Sionista-hebraico de toponímia, que foi fundamental para a etno-racialização dos judeus e a nacionalização da Bíblia hebraica, seguiu de perto e fielmente as ‘explorações’ arqueológicas e geográficas britânicas e americanas [...]”<sup>11</sup>. Nesse sentido, é possível perceber, por um lado, o intrincado processo de constituição de Israel e a permanência da estruturação sionista do Estado, a partir da nacionalização da religião e seus elementos; por outro, o mapeamento da rede de dominação que impacta diretamente a paisagem como este espaço social e como integrado às práticas culturais. Não por acaso, as lutas de resistência palestina também têm ocorrido no reconhecimento da centralidade da memória, da cultura oral e na reatualização das práticas mesmo em localidades diferentes. Voltaremos a abordar esta questão no mais à diante ao discutirmos os significados contemporâneos do território palestino.

Considerando que “cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens ‘naturais’” [...] assim como [...] “nota-se a forte diversidade das formas de percepção cultural do mundo biofísico e de sua relação com a vida humana” (PÁDUA, 2010, p. 94), investigar as políticas de alteração dessas paisagens e o entendimento sobre elas, na perspectiva de um Estado colonizador, e da mesma forma, da relação construída e imaginada pela população afetada, traz dimensões relevantes para o estudo do caso palestino. Para tanto, o texto seguirá dividido em duas seções: na primeira delas, tratar-se-á das práticas de *greenwashing* como política de expulsão de palestinos/as, sobretudo a partir da criação de florestas “nacionais” israelenses e nos processos



de desapropriações em territórios ocupados; e na segunda parte, abordar-se-á aspectos de resistência palestina, como a luta do Movimento BDS e como este tem direcionado a luta palestina como uma questão climática.

### **O *greenwashing* estatal: políticas de constituição de Israel**

A partir daqui, é possível discutir os efeitos da política de *greenwashing* de Israel, que podem ser traçados como projetos desde a criação do Estado até práticas mais recentes. O *greenwashing*, em português chamado de “lavagem verde” ou “maquiagem verde”, diz respeito a estratégias utilizadas por empresas, ONGs e governos, com o objetivo de veicular uma falsa ideia de sustentabilidade. O termo, portanto, está relacionado à prática de “promover discursos, anúncios, propagandas e campanhas publicitárias com características ecologicamente/ambientalmente responsáveis, sustentáveis [...]” (Santos, 2020), mas que na prática, não condizem com a realidade, ou são utilizadas para escamotear outras situações, como é o caso da Palestina. Esse fenômeno, seguindo as proposições de Sara Hughes, Stepha Velednitsky e Amelia Green (2022), ao estudarem o caso palestino especificamente, refletem um amálgama do estado, do meio ambiente e dos interesses de colonização, e informa as políticas ecológicas da construção do estado. Nesse sentido, dizem respeito aos termos da “[...] ‘ecologia geopolítica’ ou do ‘estadismo ambiental’, examinando-se como os estados, e neste caso os estados coloniais, gerenciam o meio ambiente para fins estratégicos” (Hughes; Velednitsky; Green, 2022, p. 2, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Em torno desta temática, uma historiografia recente tem se debruçado em aproximar o caso da Palestina aos sentidos de ecocídio, isto é, a destruição de ecossistemas. Há uma dimensão comum de análise em torno das relações entre o colonialismo de assentamento, a violência contra a população nativa e a destruição do meio ambiente. É o caso dos estudos do historiador Nur Masalha, já citado, mas que seguirá presente nas próximas páginas, pois apresenta reflexões importantes sobre a constituição de Israel nesta perspectiva. Também é possível citar o estudo de Damien Short (2016), especialista em “estudos sobre genocídios”, que traz no seu livro *Redefining Genocide: settler colonialism, social death and ecocide [Redefinindo Genocídio: colonialismo de assentamento, morte social e ecocídio]*, uma discussão em geografia ampliada, tratando de diversas localidades do mundo como Vietnã, Sri-Lanka e Ruanda, a ampliação do debate sobre as significações de genocídio em relação aos processos de colonização. Além disso, o autor explora uma relação que intitula como “nexo genocídio-

Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de *greenwashing*  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

ecocídio”, que tem sido desenvolvido a partir da noção da destruição de territórios indígenas bem como a partir das mudanças climáticas (Short, 2016, p. 38). No caso da Palestina, suas reflexões corroboram com o desenvolvido na historiografia recente, sobre o projeto colonial e a ocupação aprofundarem as questões em torno do clima, que por sua vez, afetam nas formas de vida de palestinos/as para além do ambiente, como a cultura e a economia, como detalharemos mais adiante. Ainda, em direção semelhante, D. A. Jaber (2018) propõe um estudo de caso na região de Al-Khader, na Palestina, demonstrando como o crescimento de assentamentos torna-se um ecocídio através da intersecção entre expropriação de terra, violência e devastação. Para o autor, no [...] *settler colonialism*, a capacidade de dominar e manipular uma ecologia para obter benefícios contribui para o objetivo dos colonos de eliminação nativa. Portanto, o ecocídio como destruição da ecologia nativa é simultâneo à criação de um espaço exclusivo para os colonos” (Jaber, 2018, p. 8, tradução nossa)<sup>13</sup>. Relacionado aos estudos sobre a destruição ecológica como política de ocupação, encontram-se trabalhos mais recentes que abordam o *greenwashing*, como os citados ao longo do artigo.

Buscando mapear algumas dessas questões delineadas para o caso palestino, podemos compreender que, historicamente falando, o projeto de consolidação do Estado de Israel esteve associado com diferentes organizações, como a *Jewish Colonization Association*, a *Associação judaica de colonização*, estabelecida em 1891, e o *Jewish National Fund*, em português, *Fundo Nacional Judaico*, criado em 1901. A primeira tinha como objetivo organizar a colonização, e atuou na compra de terras e no treinamento para as atividades agrícolas, enquanto a segunda tornou-se o braço oficial do movimento global sionista para a compra e garantia de terra para os judeus (Masalha, 1992, p. 212). A imigração para a Palestina, portanto, iniciou-se no século XIX, ainda que, por décadas, se manteve em números relativamente pequenos. Por exemplo, o Censo Britânico na Palestina, realizado em 1922, apresenta, no ano de 1914, uma população de quase 700 mil habitantes, sendo que os judeus representavam aproximadamente 10% desse número (Said, 2012, p. 20). O crescimento mais vertiginoso da população judaica na Palestina se deu na década de 1930, entre 1931 e 1936, que subiu de 17,1% para 29,5% (Masalha, 1992, p. 49). Evidentemente, aqui é necessário pontuar sobre o contexto mundial e o crescimento do antissemitismo na Europa, bem como os movimentos fascistas e nazista naquele continente, ainda que não seja possível aprofundar esta problemática neste momento. De toda forma, na Palestina, o entendimento do projeto sionista por parte da



população local palestina esteve presente tão logo a criação do movimento, como apresenta o historiador Rashid Khalidi (1997, 2020), e mobilizações de denúncia e resistência estão presentes antes mesmo da criação de Israel em 1948.

O processo da Nakba iniciou-se ainda em 1947 quando se tem a mobilização, de fato, para a criação de Israel, em meio a proposta da ONU, através da Resolução 181, que previa a criação de dois Estados, que fora recusada. Khalidi (2020, p. 74) evidencia o caráter violento da criação do Estado de Israel, que ainda em 1947 iniciou a primeira fase do plano de conquista do território, com milícias sionistas, resultando na limpeza étnica e expulsão de cerca de 300.000 palestinos/as. Com a criação de Israel, em maio de 1948, iniciou-se uma segunda fase, marcada por confronto com os exércitos dos países árabes, também conhecida como a Primeira Guerra Árabe-Israelense, e com aproximadamente mais 400.000 habitantes expulsos da Palestina. O processo de transferência, já em curso, foi imposto neste período, resultando nos milhares de refugiados, alguns internos ao território de Israel/Palestina, e outros que seguiram para regiões próximas, como Líbano e Jordânia. A partir da constituição do Estado, se consolidaram, ao longo das décadas de 1950 e 1960, políticas institucionais para impedir o retorno dos palestinos. Por exemplo, a *Absentee's Property Law*, a *Lei dos Ausentes da Propriedade*, de 1950, que declarava que as propriedades de palestinos/as ausentes poderiam ser legalmente passadas para proprietários israelenses<sup>14</sup>, como também a *Basic Law of 1960*, ou a *Lei Básica de 1960*, que afirmava que os territórios de Israel não podiam ser vendidos (Masalha, 2003, p. 132-134). Por meio de violência física e aparatos institucionais, os palestinos/as foram privados de retornarem à sua terra.

No período pós-Nakba, outra política do jovem Estado foi a plantação de árvores – e subsequente criação de parques florestais, para encobrir vilas palestinas destruídas, mais de 500 em diversas áreas da Palestina. O já mencionado *Jewish National Fund – JNF*, importante instituição para a consolidação de Israel, tornou-se, em 1961, o órgão oficial para a administração das florestas, o que possibilitou, segundo Corey Balsam (2011, p. 100), uma notoriedade enquanto autoridade pública em Israel, e ao mesmo, conseguiu manter a sua imagem positiva e ecológica de uma organização não-governamental sem fins lucrativos sob os olhos da comunidade internacional. O autor enfatiza que o JNF ocupa um lugar central no discurso sionista, e até os dias atuais, procura veicular uma imagem progressista e preocupado com as questões ambientais, vinculando-se aos cuidados com o “reflorestamento”. Por exemplo, a Floresta *Biryá*, a maior



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

floresta administrada pela JNF na Galileia, na região norte da Palestina/Israel, oculta seis vilas palestinas destruídas em 1948, *Biriyya*, *'Alma*, *Dishon*, *Qaddita*, *'Amqa* e *'Ayn Zaytun* (Masalha, 2012, p. 122). Da mesma forma, o Parque Canadá, situado entre Tel Aviv e Jerusalém, foi construído para cobrir as ruínas das vilas palestinas de *'Imwas*, *Yalu* e *Beit Nuba*, que foram despovoadas e demolidas anos antes pelo exército israelense (Balsam, 2011, p. 101). Inaugurado em 1973, o Parque Canadá ainda toma parte do território palestino da Cisjordânia, ocupando-o ilegalmente, como estratégia de ampliação da zona territorial e impedindo a organização de moradia e plantio pela população palestina.

Portanto, diversas regiões do território passaram por este projeto de florestamento, sob uma cobertura “verde”, contribuindo para um apagamento material e simbólico da Palestina. Em muitos *sites* oficiais do governo, inclusive, não há qualquer informação sobre as vilas e populações palestinas, sendo narrados como espaços imemoriais de uma história longínqua que guarda “continuidades” com a Israel contemporânea, apropriando-se também de artefatos arqueológicos históricos. Além da denúncia de diversos grupos e pessoas, como veremos no próximo tópico, diversos estudos têm se direcionado para problematizar e documentar o apagamento realizado pelo Estado de Israel, como na documentação das vilas destruídas, preocupação central de Walid Khalidi, com o livro, publicado em 1992, *All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*, em português, *Tudo que resta: as vilas palestinas ocupadas e despovoadas por Israel em 1948*. Iniciativas mais recentes, como a ONG Zochrot<sup>15</sup>, fundada em 2002 por ativistas israelenses, também procuram questionar a história oficializada por Israel e atuam na produção de conteúdo, visitas às localidades e reunião de documentação para relembrar a história da Nakba. Há também diversos movimentos de resistência ao continuado processo de expulsão, como na vila beduína de al-Araqib, que resiste à expulsão e retorna constantemente ao seu lugar, na região de Naqab/Negev, no sul de Israel (Masalha, 2012, p. 133).

Nesse âmbito, é possível dimensionar este “novo” tipo de exploração que Robert Nelson (2003), ao analisar a presença europeia no continente africano na segunda metade do século XX, chamou de “colonialismo ambiental”. Para Nur Masalha (2012), o JNF teve e continua tendo um papel central na política de terras de Israel, solidificado no discurso do direito natural ao território, e no papel do colono europeu judeu na transformação daquele espaço. Ainda mais, com a transformação do meio ambiente através do florestamento, a tentativa de criação de uma memória coletiva em torno de uma paisagem autêntica



bíblica. Destaca o historiador ainda que “[...] as terras palestinas evacuadas foram arborizadas por coníferas não nativas, pinheiros (nativos do hemisfério norte) e ciprestes, após o desenraizamento das árvores nativas e destruição da paisagem em forma de terraços” (Masalha, 2012, p. 121, tradução nossa)<sup>16</sup>, isto é, a retórica mítica ironicamente indica o “estrangeirismo” de uma política colonial contemporânea.

Não somente o território que hoje é Israel foi modificado, mas também, ao longo das últimas décadas, a transformação da paisagem ocorre a partir de políticas de ocupação dos territórios palestinos, para a destruição da agricultura nativa, para o controle de recursos naturais, e para as medidas de *apartheid* que criam mecanismos específicos de locomoção e habitação para colonos israelenses e comunidades palestinas<sup>17</sup>. Desde 1967, quando estourou a Guerra de Junho, conhecida também como Guerra dos Seis Dias, ocorrida entre Israel e os exércitos árabes do Egito, Síria e Jordânia, Israel passou a controlar uma região maior do território palestino. Um confronto que pode ser analisado a partir dos projetos sionistas para o controle da água da região, bem como o fruto de uma disputa de poder regional entre os países árabes (Barnett, 1998), a guerra, que teve uma duração muito curta, trouxe uma implacável derrota aos árabes, gerando crises nas políticas institucionais de diferentes países do Oriente Médio. No caso da Palestina, ainda que a anexação de territórios já viesse ocorrendo antes deste período (Baconi, 2018, p. 2), a partir da vitória de Israel em 1967, o país passou a dominar toda a chamada “Palestina Histórica”, controlando o restante dos 22% do território – uma vez que, na criação do Estado em 1948, tinha se apropriado de 78% das fronteiras palestinas. Segundo Tareq Baconi (2018, p. 14), Jerusalém Oriental foi formalmente anexada – sem reconhecimento internacional (considerando-se a Resolução 181 da ONU), enquanto os territórios palestinos de Cisjordânia e Gaza, assim como as Colinas de Golã, na Síria, e a Península do Sinai, no Egito, foram colocadas sob domínio militar israelense (vale lembrar que o Sinai foi devolvido ao Egito em acordo assinado em 1979). Assim, para a Palestina, a vitória militar de Israel significou um novo processo de controle, com expulsão e ocupação nas regiões de Cisjordânia e Gaza, que concentravam grande parte da população palestina que permanecera no território. Acrescenta-se a este processo também catastrófico para os palestino/as, as políticas mais recentes, como a assinatura dos Acordos de Oslo, de 1993 e 1995, compreendidos de modo geral como negativos para a população da região, tendo levado ao aprofundamento da ocupação por parte de Israel a partir dos projetos de anexação do território palestino, além das



definições de áreas de atuação dos governos palestino e israelense. Algumas localidades, divididas entre A, B e C, mesmo na Cisjordânia, tem presença e controle do estado israelense e de seu exército.

Nesse cenário, muitos territórios ocupados, na região da Cisjordânia, por exemplo, apresentam assentamentos ilegais que são construídos, em casos recorrentes, em terras que são desenvolvidas atividades agrícolas por palestinos/as. Com a política de ocupação, as escavadeiras israelenses são utilizadas para destruir locais de subsistência de palestinos, como as oliveiras, e outros cultivos de frutas, bem como suas moradias. O processo de remoção de plantações, além de graves violações dos direitos dos palestinos/as, acaba também por alterar a qualidade do solo, que acabam sofrendo com erosão (Baroud; Rubeo, 2019)<sup>18</sup>. Essas terras, forçadamente tomadas, por vezes também são transformadas em novos assentamentos para colonos. Como destaca Sharif (2014, p. 12), a colheita de oliveira é a mais importante para os palestinos/as, fornecendo-o alguma sustentabilidade econômica, ainda que sob uma realidade economicamente bem delicada. Para se ter uma dimensão, “cerca de metade (48%) das terras agrícolas nos territórios ocupados da Palestina estão plantadas com 10 milhões de oliveiras, a grande maioria das quais se encontram na Cisjordânia” (Sharif, 2014, p. 12, tradução nossa)<sup>19</sup>. Isso representa algo em torno de 20% da renda da indústria da produção de óleo de oliva, um número significativo para o sustento de família palestinas. Portanto, fica evidenciado como a ocupação atua na destruição da natureza ao atingir especificamente a população também em termos econômicos. Em outros casos, quando as árvores não são arrancadas, elas são impedidas de serem acessadas por ações violentas de colonos, impossibilitando que os palestinos/as cultivem as oliveiras; e ainda, há cenários em que elas são cultivadas pelos próprios colonos que, posteriormente, vendem a colheita aos donos palestinos (Deutsch, 2011, p. 26). Esse processo leva a diversas consequências, para além da dimensão social e cultural, já mencionado, como o empobrecimento generalizado da população palestina, bem como a necessidade de buscar empregos em fábricas ou empresas com base em Israel, tornando o trabalho cada vez mais precarizado, explorado e sob atualizações na condição entre colonizado e colonizador.

É possível ainda mencionar outras políticas que atingem os territórios ocupados, como a instalação de indústrias que produzem resíduos tóxicos, lixo ou produtos químicos, contaminando o solo e a água para a população local, sendo estas muitas vezes construídas com incentivo de isenção fiscal do governo israelense (Hughes; Velednitsky; Green, 2022, p. 9). Para além da



contaminação, que atinge o cotidiano e a própria agricultura, a disponibilidade de água também é um ponto estratégico para as políticas de Israel. Grande parte do aquífero ocidental (*Western aquifer*) se encontra na Cisjordânia, contudo, por medidas de segregação, há um direcionamento para que Israel tenha acesso maior a essa água. Segundo descreve Judith Deutsch (2011, p. 28, tradução nossa):

O Muro da Separação/Apartheid está localizado dentro dos limites do Aquífero Ocidental. A área de bombeamento está confinada a uma estreita faixa de terra paralela à própria Linha Verde. O Aquífero Ocidental, situado completamente dentro do território palestino, é o recurso de água subterrânea mais importante em todo o território de Israel/Palestina. Os militares permitiram a perfuração de apenas 23 poços em toda a Cisjordânia pelos palestinos entre 1967 e 1990 (...) [hoje] Em Israel, por outro lado, existem aproximadamente 500 poços profundos de forte fluxo, enquanto os palestinos devem se contentar com 159 poços antigos, que foram projetados para irrigação e são menos profundos<sup>20</sup>.

Processos similares ocorrem em Gaza, com acesso dificultado à água, além de contaminação do recurso e o processo de salinização por conta das características locais. Somado a isso, a região de Gaza enfrenta uma situação ainda mais delicada por seu controle territorial geográfico, considerada a maior prisão em céu aberto. Exemplos como estes, além de outros, como a construção de rodovias exclusivas para israelenses em territórios da Cisjordânia, que também atuam na expropriação de palestinos/as – e uma política direta do *apartheid* israelense, indicam, como se vem argumentando, pela relação singular e intrincada da ocupação do território palestino na contemporaneidade. As práticas de *greenwashing* pelo governo israelense atuam como estratégia de política internacional e interna. Assim, em termos de veiculação internacional, de modo geral, “[...] Israel é apresentado como um líder global em ações para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, exportando suas tecnologias e conhecimentos para o exterior, especialmente para nações em desenvolvimento” (Hughes; Velednitsky; Green, 2022, p. 2, tradução nossa)<sup>21</sup>, levando Israel a fechar acordos internacionais com diversos países. Mas como foi possível analisar ao longo deste tópico, as políticas encobrem práticas de apropriação de terras, desde as projeções da construção de florestas nacionais





até os processos de ocupação recentes que atuam diretamente na mobilidade, agricultura e recursos hídricos para os palestinos/as.

### **Movimentos de resistência e a ideia de justiça centrada na terra**

Um dos movimentos que pauta a prática de *greenwashing* por Israel é o BDS - *Boycott, Divestment, Sanctions*, em português, Boicote, Desinvestimento e Sanções. A organização, administrada por palestinos/as, se diz um movimento investido para a liberdade, justiça e igualdade, e inspirado no movimento anti-*apartheid* da África do Sul. O movimento BDS foi constituído em 2005, em meio a um debate de anos anteriores concernente a um apelo por boicote e sanções contra Israel demandado pela sociedade civil. O BDS, então, foi anunciado após completar um ano da decisão do Tribunal Internacional da ONU considerar a construção do Muro (na Cisjordânia) ilegal. A partir de uma proposição global e institucional, o BDS enfatiza a necessidade de pressionar Israel para cumprir as leis internacionais, baseando-se em três instrumentos: o boicote, o desinvestimento e as sanções. As ações de boicote envolvem retirar apoio a Israel e companhias israelenses ou que estão envolvidas com a violação de direitos humanos, incluindo-se aí o boicote acadêmico e cultural (por exemplo, a participação de artistas em eventos culturais em Israel), o boicote a consumo de produtos e serviços vindos de Israel e o boicote no setor do esporte. O desinvestimento diz respeito a uma campanha que pede o fim de investimentos de diferentes setores – bancos, igrejas, fundos e universidade, das companhias israelenses e de companhias envolvidas com violação de direitos humanos. E por fim, as sanções são medidas para incentivar os governos a pressionar Israel seguir suas obrigações legais internacionais, além de, por meio dessas pressões, encerrar contratos de comércio e do setor militar.

É possível identificar, no *site* oficial do movimento BDS, postagens recentes e continuadas, pelo menos desde 2019, relacionando a luta palestina com a crise climática. No artigo de 19 de setembro de 2019, com o título *Join the Global Climate Strike. Oppose Israel's climate apartheid*, em português, *Junte-se à Greve Global pelo Clima. Oponha-se ao apartheid climático de Israel*, enfatiza que a crise climática tem relação com a desigualdade global, afirmando que “as lutas contra o racismo e a militarização e pelas justiças climática, econômica e social estão profundamente interligadas” (Palestinian BDS National Committee, 2019a, tradução nossa)<sup>22</sup>. É nessa relação que o artigo insiste, ao compreender que grandes empresas têm investido em combustíveis fósseis – uma grande

Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de *greenwashing*  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação



Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

pauta global atual e em Israel e na opressão ao povo palestino. E continua afirmando que, “Israel trabalha para ‘lavar’ sua imagem. No entanto, Israel está desenvolvendo grandes campos de gás para exportação, e 97,7% de sua produção de eletricidade vem de combustíveis fósseis” (Palestinian BDS National Committee, 2019a, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Em outra reportagem, de 21 de novembro de 2019, o tema é novamente abordado, com o título *Palestine is a climate justice issue – Israeli apartheid is not “green”*, ou *Palestina é uma questão de justiça climática – o apartheid Israelense não é “verde”*, que dá nome, parcialmente, a esse artigo. Relacionando, novamente, racismo e militarização com o colonialismo, o movimento BDS chama para que as pessoas procurem justiça climática cobrando governos e corporações. Também, pontua alguns dados sobre o tema da urgência pela justiça climática: 1 – nos territórios ocupados da Palestina, assentamentos ilegais israelenses consomem água seis vezes a mais que palestinos/as; 2 – Israel gera energia solar e eólica em territórios ocupados; 3 – a indústria bélica, um pilar importante da economia israelense, é uma das indústrias que mais poluem (Palestinian BDS National Committee, 2019b).

Nessa, e em outras matérias, como a de 31 de agosto de 2022 (Palestinians [...], 2022) e 12 de setembro de 2022 (Across [...], 2022), o movimento BDS denuncia que empresas específicas continuam apoiando Israel, e pede então, pelo fim dessas relações. É o caso de corporações que investem em companhias que financiam Israel, e empresas que atuam como patrocinadores de associações e clubes desportivos.

As reportagens do movimento BDS também se alinham à chamada global por justiça climática nas edições da COP – Conferência das Partes, mais especificamente a COP26 e a COP27, em publicações do dia 01 de novembro de 2021 (Palestinian BDS National Committee, 2021) e 07 de novembro de 2022 (Palestinian BDS National Committee, 2022), respectivamente. Nesse sentido, é possível compreender que o movimento, em consonância com sua proposta internacional, se insere e vincula a Palestina dentro dos debates contemporâneos. No artigo da COP27, com o mesmo título informando que a “Palestina é uma questão de justiça climática”, outra questão se destaca. A conferência em 2022 foi realizada no Egito, sob protestos em relação à perseguição do governo egípcio de parte sociedade civil e ativistas, um governo que aprofunda também as suas relações de normalidade com Israel. Assim, a reportagem indica que



As lutas por direitos políticos e civis, justiça socioeconômica, bem como justiça climática no mundo árabe e em outros lugares são interconectadas e interseccionais. Unidos, venceremos todos os sistemas de opressão. Liberdade para todos os presos políticos no Egito e em todo o mundo (Palestinian BDS National Committee, 2022, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Neste ponto, destaca-se que o movimento BDS, ainda que criado e articulado para a causa palestina, dialoga com outros cenários e contextos em que sistemas de desigualdade, opressão e *greenwashing* podem estar presentes. Assim, ainda que do ponto de vista institucional, percebe-se que a Palestina é uma pauta potencial para os debates das permanências imperiais e coloniais no tempo presente em diferentes regiões do globo, assim como, com as devidas proporções, a Palestina esteve presente, em décadas anteriores, nos debates sobre a possibilidade de revolução em contextos variados. Nota-se também que o movimento BDS tem enfatizado, nos últimos anos, o entrelaçamento da luta palestina como uma questão urgente do clima, reforçando o imbricamento do colonialismo com o meio ambiente, alinhados também à uma historiografia mais recente que tem desenvolvido trabalhos por esta ótica.

Outros movimentos importantes, mais direcionados aos sentidos simbólicos da sobrevivência, se dão pela construção íntima dos palestinos/as com o território. Nesse sentido, a resistência da população palestina encontra espaço de construção na imaginação e na prática, que muitas vezes está ligada à terra, à natureza e a forma como se relacionavam com a paisagem antes dos processos coloniais. É necessário, contudo, estar atento, pelo menos do ponto de vista analítico, às construções possivelmente idealizadas destas relações, uma vez que a elaboração da perda é perpassada por uma linguagem poética da terra natal. Entretanto, ainda que sob um olhar cauteloso a essas questões, compreende-se que as possibilidades de resistência dos palestinos/as, e de outros povos nativos, está justamente na força continuada em praticar seus ritos culturais e suas relações com a natureza que encontram eixos diferenciados da lógica colonial, e também de certa forma, capitalista. A resistência beduína à expulsão em al-Araqib, como mencionado, é um exemplo, ou a tantos outros palestinos/as que continuam produzindo e reatualizando práticas associadas ao plantio e a agricultura. De um modo mais amplo, é o sentido de continuidade das vivências palestinas, ainda que para muitos ocorrem em espaços distantes do território palestino. É aquilo do que trata Nur Masalha

Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de *greenwashing*  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

(2012) ao compreender a possibilidade da escrita de uma história palestina “de baixo”, que de uma vez só, possibilita o questionamento às narrativas hegemônicas – e sua “validação” por documentos oficiais represados por Israel, assim como mobiliza outras formas de conhecimento da Nakba e da realidade palestina atual. Por exemplo, as estruturas da oralidade e memória adquiriram caráter fundamental para a sobrevivência da Palestina no pós-1948, de maneira que projetos de memorialização tornaram-se formas de resistência cultural, e são utilizadas como estratégias contemporâneas, seja na alimentação, vestimentas, festividades, entre outros. Assim, a exploração da memória, seja conceitualmente ou no registro das memórias de diferentes gerações, parece ser uma abordagem contemporânea fortemente explorada, conjuntamente com outras formas de registro e comunicação sobre a Palestina. Novas gerações, por exemplo, renovam a luta palestina buscando sentidos de identificação e pertencimento apoiadas por acervo disponibilizado através de câmeras e acesso à internet. Certamente, essas ferramentas não estão isentas de tensões e diferenças nesse complexo cenário palestino atual, incluindo justamente a relação das novas gerações com o território, de certa forma mais distantes para muitos. Longe de esgotar essas problemáticas, que não cabem neste espaço, aponta-se um caminho amplo e diverso que, invariavelmente, volta-se para o tema central deste percurso: a relação dos palestinos/as com o território, as formas de lutas para lidar com esta perda e a busca por justiça, que como se argumentou, tem se aproximado cada vez mais do sentido da justiça climática, uma causa local e global.

### **Considerações Finais**

Este artigo buscou analisar aspectos da história recente da Palestina, com realce às transformações territoriais e populacionais da região, a partir da criação do Estado de Israel. O objetivo dessa investigação foi propor uma aproximação da compreensão do processo histórico palestino com reflexões acerca das transformações do meio ambiente pela atuação colonial. Visualizou-se que a Palestina atravessou um processo de dominação britânica, em meados do século XX, mas que transformou-se profundamente na medida que outro processo colonial se instalou com o movimento sionista. Com este cenário em tela, foi possível compreender estratégias políticas coloniais, configuradas intimamente com a prática de *greenwashing* praticadas por Israel a partir de sua fundação em 1948. Uma política continuada que determina o isolamento,



a expulsão e a ocupação de territórios palestinos, atuando, contudo, dentro de um espetáculo “verde”, com a modelação de florestas, empresas e pesquisas aparentemente enquadradas como ecológicas.

Como foi possível observar, há estudos focalizados em compreender as relações entre a constituição de Israel, o *settler colonialism*, o colonialismo ambiental – o ecocídio e seus impactos na população palestina, e buscamos traçar um panorama dessas investigações e suas abordagens, ainda que entendendo como um campo em expansão. Podemos analisar que parte desta bibliografia segue preocupações de uma historiografia contemporânea atenta à transformação sócio-histórica de populações, tendo o colonialismo como ponto nodal, e que tem perspectivado suas análises também pelas mudanças ambientais e da paisagem. Da mesma forma, é possível observar movimentos como o BDS centralmente preocupado com a luta pela libertação da Palestina atravessada pela crise climática, trazendo questões que são particulares da chamada “questão palestina”, mas que também tem relevância e significação global. Há, nesse sentido, uma dimensão “total” da terra e do território, que imbrica pensarmos nas violências contemporâneas – a pobreza, o racismo, o genocídio, a expropriação e a destruição da natureza, de maneira integrada e suas formas de combate.

### Referências

ABDO, Nahla. Feminism, indigenusness and settler colonialism: oral history, memory and the Nakba. In: ABDO, N.; MASALHA, N. (ed.). *An Oral History of the Palestinian Nakba*. London: Zed Books, 2018. p. 40-64.

ACROSS the World, Groups Pledge #NoRestForPUMA Until It Ends Complicity in Israeli Apartheid. *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 12 sep. 2022. Disponível em: <https://bdsmovement.net/news/across-world-groups-pledge-norestforpuma-until-it-ends-complicity-israeli-apartheid>. Acesso: 26 fev. 2023.

BACONI, Tareq. *Hamas contained: the rise and pacification of Palestinian resistance*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

BALSAM, Corey. Tree planting as pedagogy. In: BENJAMIN, J.; LEY, M. B.; KERSHNAR, S.; SAHIBZADA, M. *Greenwashing Apartheid: the Jewish National Fund's Environmental Cover Up*. [S. l.]: International Jewish Anti-Zionist Network, 2011. *E-book*. p. 97-108.



BARNETT, Michael. *Dialogues in Arab Politics: negotiations in regional order*. New York: Columbia University Press, 1998.

BAROUD, Ramzy; RUBEO, Romana. War on nature: how zionist colonialism has destroyed the environment in Palestine. *MEMO Middle East Monitor*, [s. l.], 11 fev. 2019. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20190211-war-on-nature-how-zionist-colonialism-has-destroyed-the-environment-in-palestine/>. Acesso: 23 fev. 2023.

CROSBY, Alfred. W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo*. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2022.

DEUTSCH, Judith. JNF Greenwash. In: BENJAMIN, J.; LEVY, M. B.; KERSHAR, S.; SAHIBZADA, M. *Greenwashing Apartheid: the Jewish National Fund's Environmental Cover Up*. [S. l.]: International Jewish Anti-Zionist Network, 2011. *E-book*. p. 22-36.

GLEEN, Evelyn N. Settler colonialism as structure: a framework for comparative studies of U.S. race and gender formation. *Sociology of Race and Ethnicity*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 54-74, 2015.

GLENN, Evelyn; WOLFE, Patrick. *Settler colonialism and the transformation of Anthropology: the politics and poetics of an ethnographic event*. London: Cassell, 1999.

HANIEH, Adam. From State-led Growth to Globalization: the evolution of Israeli capitalism. *Journal of Palestine Studies*, Boca Raton, v. 32, n. 4, p. 5-21, 2003.

HUGHES, Sara. S.; VELEDNITSKY, Stepha.; GREEN, Amelia. A. Greenwashing in Palestine/Israel: settler colonialism and environmental injustice in the age of climate catastrophe. *EPE: Nature and Space*, [s. l.], v. 6, n.1, p. 1-19, 2022.

JABER, D. A. Settler colonialism and ecocide: case study of Al-Khader, Palestine. *Settler Colonial Studies*, London, v. 9, n. 1, p. 1-21. 2018.

KHALIDI, Rashid. *Palestinian identity: the construction of modern national consciousness*. New York: Columbia University Press, 1997.



Carolina Ferreira de Figueiredo  
“A Palestina é uma questão de justiça climática”:  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

KHALIDI, Rashid. *The hundred year's war on Palestine: a history of settler colonial conquest and resistance, 1917-2017*. New York: Metropolitan Books, 2020.

KHALIDI, Walid. *All that Remains: the Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.

KUMAR, V. M. Ravi. Green colonialism and Forest Policies in South India, 1800-1900. *Global Environment: the White Horse Press, Cambridgeshire*, n. 5, p. 101-125, 2010.

MASALHA, Nur. Decolonizing methodology, reclaiming memory: Palestinian oral histories and memories of the Nakba. In: ABDO, N.; MASALHA, N. *An Oral History of the Palestinian Nakba*. London: Zed Books, 2018b. p. 6-39.

MASALHA, Nur. *Expulsion of the Palestinians: the concept of “transfer” in Zionist Political Thought (1882-1948)*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.

MASALHA, Nur. *Palestine: a four thousand year history*. London: Zed Books, 2018a.

MASALHA, Nur. *The Palestinian Nakba: decolonising history, narrating the subaltern reclaiming memory*. New York: Columbia, 2012.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução de Plínio Dentzen. São Paulo: Editora UNICAMP, 2010.

MOVIMENTO pelos direitos do povo palestino e pela paz no Oriente Médio: o que é o movimento BDS? *MPPM*, Lisboa, 13 jun. 2009. Disponível em: <https://www.mppm-palestina.org/content/o-que-e-o-movimento-bds>. Acesso: 26 fev. 2023.

NELSON, Robert. H. Environmental colonialism: “saving” Africa from Africans. *The Independent Review*, Oakland, v. 8, p. 65-86, 2003.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PALESTINIAN BDS NATIONAL COMMITTEE. #COP27: palestine is a climate justice issue. *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 7 nov. 2022. Disponível em: <https://bdsmovement.net/COP27-Palestine-Is-A-Climate-Justice-Issue>. Acesso: 26 fev. 2023.

PALESTINIAN BDS NATIONAL COMMITTEE. BDS Joins the Global Call for



Carolina Ferreira de Figueiredo  
"A Palestina é uma questão de justiça climática":  
um panorama sobre a prática de greenwashing  
israelense e as formas de resistência palestina à ocupação

Climate Justice at COP26. *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://bdsmovement.net/BDS-Joins-Global-Call-For-Climate-Justice-COP26>. Acesso: 26 fev. 2023.

PALESTINIAN BDS NATIONAL COMMITTEE. Join the Global Climate Strike: oppose Israel's climate apartheid. *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 19 sep. 2019a. Disponível em: <https://bdsmovement.net/news/join-global-climate-strike-oppose-israels-climate-apartheid>. Acesso: 26 fev. 2023.

PALESTINIAN BDS NATIONAL COMMITTEE. Palestine is a climate justice issue - Israeli apartheid is not "green". *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 21 nov. 2019b. Disponível em: <https://bdsmovement.net/news/palestine-climate-justice-issue-israeli-apartheid-not-green>. Acesso: 26 fev. 2023.

PALESTINIANS Urge Speakers to Withdraw From PUMA's Greenwashing Conference. *BDS Freedom Justice Equality*, Palestine, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://bdsmovement.net/news/palestinians-urge-speakers-withdraw-from-pumas-greenwashing-conference>. Acesso: 26 fev. 2023.

PAPPE, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. UK: Oneworld Publications Limited, 2006.

PETEET, Julie. *Landscape of Hope and Dispair: Palestinian refugee camps*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Ana Paula. Greenwashing: o que significa esse termo? *Politize*, [s. l.], 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/greenwashing-o-que-e/>. Acesso: 17 fev. 2023.

SHARIF, Lila. *Savory Politics: land, memory, and the ecological occupation of Palestine*. 2014. Thesis (Sociology and Ethnic Studies) - University of California, San Diego, 2014.





SHORT, Damien. *Redefining genocide: settler-colonialism, social death and ecocide*. London: Zed Books, 2016.

TOLOSA, Jorge Ramos. Propuestas para decolonizar Palestina-Israel. In: MENESES, M; BIDASECA, K. *Epistemologías del sur*. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 273-298.

WHITE, Kyle. Settler colonialism, ecology, and environmental injustice. *Environment and Society: Advances in Research*, [New York], n. 9, p. 125-144, 2018.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, Basingstoke, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.

### Notas

<sup>1</sup>Este artigo deriva de problemáticas desenvolvidas durante o período do Doutorado, e presentes na tese defendida que buscou investigar a produção literária palestina contemporânea.

<sup>2</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1054-9924> Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Professora de História da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

<sup>3</sup>Teses que defendiam a ideia de que o desmatamento gerava secas locais, regionais e mesmo continentais.

<sup>4</sup>Para se aprofundar sobre o processo da Nakba, ver o trabalho de Rashid Khalidi (2020), que além de analisar os efeitos sobre a população palestina, traz detalhamentos com datas específicas e números que dão dimensão desta "catástrofe".

<sup>5</sup>[No original]: "[...] religious revivalism, combined with feverish messianic nationalism, 'back to the Bible' movements and 'rediscovery' of Palestine, swept across Europe and Russia" (Masalha, 2018a, p. 243).

<sup>6</sup>[No original]: "[...] To realize these ambitions, the first thing that must be done is to eliminate the indigenous occupants of the land. This can be accomplished in a variety of ways: genocide, forced removal from territories desired by white settlers, and confinement to reservations outside the boundaries of white settlement. It can also be accomplished through assimilation. Assimilation can be biological (e.g., through intermarriage to "dilute" indigenous blood) and/or cultural (e.g., by stripping indigenes of their culture and replacing it with settler culture) (Glenn, 2015, p. 57).

<sup>7</sup>Evelyn Glenn, por exemplo, se debruça sobre o caso dos Estados Unidos. Ainda que não seja possível nos aprofundar sobre o tema neste momento, cabe destacar a importância de se refletir sobre essas formações históricas em torno do colonialismo. Isto perpassa por problematizar as diferentes formas coloniais delineadas desde o século XVI e suas especificidades, e sobretudo em sua transformação no século XIX, com a formação de uma modernidade europeia pautada pelo discurso científico e a consolidação do capitalismo industrial.



<sup>8</sup>[No original]: “[...] settler society required the practical elimination of the natives in order to establish itself on their territory. On the symbolic level, however, settler society subsequently sought to recuperate indigeneity [...]” (Wolfe, 2006, p. 389).

<sup>9</sup>[No original]: “at the surface level, environmental violence manifests as the imposition of environmental destruction and pollution. At another level, it is possible to look at environmental violence as undermining the qualities of relationships that are constitutive of any society’s social resilience or collective continuance” (White, 2018, p. 140).

<sup>10</sup>[No original]: “In 1948 the Israeli state appropriated for itself immovable Palestinian material assets [...] including [...] papers, historical documents and manuscripts, furniture, churches, mosques, shrines, historic public buildings, archaeological sites and artefacts [...]” (Masalha, 2018b, p. 7).

<sup>11</sup>[No original]: “in Palestine the Zionist-Hebrew toponymy project, which was critical to the ethno-racialisation of Jews and nationalisation of the Hebrew Bible, followed closely and faithfully British and American archaeological and geographical ‘explorations’ [...]” (Masalha, 2012, p. 91).

<sup>12</sup>[No original]: “[...] ‘geopolitical ecology’ or ‘environmental statecraft’, examining how states, and in this case settler colonial states, manage their environments toward strategic ends” (Hughes; Velednitsky; Green, 2022, p. 2).

<sup>13</sup>[No original]: “[...] case of settler colonialism, the ability to dominate and manipulate an ecology for power benefits contributes to the settler goal of native elimination. Therefore, ecocide as the destruction of native ecology is simultaneous with the creation of settler exclusive space” (Jaber, 2018, p. 8).

<sup>14</sup>Cabe ressaltar que, durante o processo da Nakba, a própria perda da terra – que viria a ser definitiva – não era exatamente uma certeza. Como disserta Nahla Abdo (2018), o movimento de saída de suas casas não significava o abandono da Palestina, mas uma busca por refúgio temporário na casa de amigos e familiares em vilas vizinhas. E assim, “eles ficavam lá até que estas vilas e cidades também eram atacadas e eram todos forçados para fora da terra da Palestina” (Abdo, 2018, p. 54, tradução nossa). Na retórica sionista, a busca por abrigo temporário foi usada como argumentação para afirmar que os palestinos/as estavam abandonando as suas casas, tornando seus lares “vagos” para serem ocupados pela nova população. Esta questão ainda reforçou o discurso sionista de que não havia sido a guerra que expulsara os palestinos/as. Por fim, a “vacância” dos lares foi tornada um instrumento legal de Israel a partir da promulgação da *The Absentee’s Property Law*, a lei que versa justamente sobre a ocupação dessas propriedades de “ausentes”, como já indicado. Com isso, os novos moradores de Israel tornaram-se proprietários de propriedades e imóveis, enquanto os palestinos/as tornaram-se definitivamente refugiados/as.

<sup>15</sup>Para conhecer a iniciativa do Zochrot, consultar: <https://www.zochrot.org/welcome/index/en>.

<sup>16</sup>[No original]: “[...] the evacuated Palestinian lands were forested by non-indigenous conifers, pine trees (native to the northern hemisphere) and cypress trees, after the uprooting of indigenous trees and destruction of the terraced landscape” (Masalha, 2012, p. 121).



<sup>17</sup>Um ponto importante a se considerar, e investigado Adam Hanieh (2003), diz respeito às políticas de Israel e suas transformações a partir da evolução do capitalismo no país e seu movimento global. Para o autor, a partir dos anos 1980 é possível visualizar uma mudança de política econômica no país, voltada para o neoliberalismo, no contexto da ascensão do partido de direita Likud.

<sup>18</sup>É necessário problematizar também o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos nas plantações de diferentes cultivos realizados por palestinos/as. Ainda que seja uma população nativa ao território, isto não quer dizer sempre uma produção totalmente ecológica, e deve-se também considerar o contexto de produção e comércio no cenário capitalista global atualmente. Dessa maneira, compreende-se que é importante realizar um debate de modo amplo com vistas à produção agrícola em diferentes espaços, contudo, enfatiza-se aqui que as formas de produção estão intimamente relacionadas com a ocupação israelense e o capitalismo contemporâneo, não sendo possível comparar termos de uma devastação ecológica de Israel e Palestina.

<sup>19</sup>[No original]: “about half (48%) of agricultural land in the Occupied Palestinian Territory is planted with 10 million olive trees, the vast majority of which are in the West Bank” (Sharif, 2014, p. 12).

<sup>20</sup>[No original]: The Separation/Apartheid Wall is located within the boundaries of the Western Aquifer. The pumping area is confined to a narrow strip of land running parallel to the Green Line itself. The Western Aquifer, lying completely within Palestinian territory, is the most important groundwater resource in the whole of Israel/Palestine. The military allowed drilling of only 23 wells in the entire West Bank by Palestinians between 1967 and 1990 (...) [today] In Israel by contrast, there are approximately 500 strongly flowing deep wells, whereas Palestinians must make do with 159 old wells, which were designed for irrigation and are less deep (DEUTSCH, 2011, p. 28).

<sup>21</sup>[No original]: “[...] Israel is presented as a global leader in climate change mitigation and adaptation, exporting its tech and expertise abroad, particularly to developing nations” (Hughes; Velednitsky; Green, 2022, p. 2).

<sup>22</sup>[No original]: “the struggles against racism and militarization, and for climate, economic and social justice are profoundly interconnected” (Palestinian BDS National Committee, 2019a).

<sup>23</sup>[No original]: “Israel works to “greenwash” its image. Yet Israel is developing major gas fields for export, and 97.7% of its electricity production comes from fossil fuels” (Palestinian BDS National Committee, 2019a).

<sup>24</sup>[No original]: The struggles for political and civil rights, socio-economic justice, as well as climate justice in the Arab World and elsewhere are interconnected and intersectional. United, we shall prevail over all systems of oppression. Freedom for all political prisoners in Egypt and around the world (Palestinian BDS National Committee, 2022).